

Ações afirmativas na Faculdade de Educação da UFRGS: um estudo a partir de alunos que acessam o Laboratório de Informática de Ensino Superior

Affirmative actions at the Education School at UFRGS: a study from students who access the Higher Education Computer Lab

Flávio Luiz PRETTO*

RESUMO: O presente artigo trata da análise sobre as políticas de ações afirmativas na educação superior implementadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O estudo baseou-se em dados colhidos por pesquisa realizada no Laboratório de Informática de Ensino Superior – LIES – da Faculdade de Educação – FACED – na qual nove alunos cotistas do curso de pedagogia que acessam o referido laboratório foram entrevistados a fim de ouvir suas considerações sobre o funcionamento do espaço. A partir dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas com esses estudantes, foi possível concluir que o LIES acena para possibilidades de contribuir para o processo de democratização do acesso ao conhecimento para os alunos de classes populares, entre esses, os cotistas. Além da análise das contribuições do laboratório, optou-se também por investigar programas de apoio empreendidos pela UFRGS capazes de promover a permanência dos alunos cotistas no curso de pedagogia. O estudo apontou avanços no processo de inclusão socioeducativa a partir da implementação das ações afirmativas pela universidade e mostrou algumas consequências práticas para a vida acadêmica dos alunos cotistas.

PALAVRAS-CHAVE: FACED/UFRGS; Ações afirmativas; Alunos cotistas; Democratização; Educação superior.

ABSTRACT: This article deals with the analysis of affirmative action policies in higher education implemented by the Federal University of Rio Grande do Sul - UFRGS. The study was based on data collected by research done at the Higher Education Computer Lab - LIES - of the School of Education - FACED - in which nine quota students of the pedagogy course that access the referred laboratory were interviewed in order to hear their considerations about how the space works. From the data collected in the semi-structured interviews with these students, it was possible to conclude that LIES beckons for possibilities to contribute to the process of democratizing access to knowledge for students from popular classes, among them, quota holders. In addition to the analysis of the laboratory's contributions, it was also decided to investigate support programs undertaken by UFRGS that promote the permanence of quota students in the pedagogy course. The study pointed out advances in the process of socio-educational inclusion from the implementation of affirmative actions by the university and showed some practical consequences for the academic life of quota students.

KEYWORDS: FACED / UFRGS; Affirmative actions; Quota students; Democratization; Higher education.

*Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7475-3046>, e-mail: flavio.pretto@gmail.com.

1 Introdução

Nos últimos anos, tenho convivido diariamente com alunos do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os quais utilizam o Laboratório de Informática de Ensino Superior (LIES) para participarem das aulas, fazerem suas atividades acadêmicas, entre outras situações para as quais a informática oferece acesso a informações, à construção e ao compartilhamento de saberes diversos.

A partir do ano de 2008, com a implementação de políticas de ações afirmativas na UFRGS, um novo perfil de aluno do curso de pedagogia começou a acessar o LIES: os alunos cotistas, sujeitos deste estudo. Em conversas com muitos desses estudantes, eles compartilharam seus desejos e esperanças de melhorar de vida, de serem reconhecidos e respeitados pelo esforço e dedicação empenhados para concluir seus estudos.

Os dados norteadores do estudo foram levantados por meio das técnicas de investigação qualitativa – entrevistas semiestruturadas. Dos nove alunos cotistas ouvidos, três eram indígenas (AI), três afrodescendentes (AA), e três não indígenas ou afrodescendentes oriundos de escolas públicas (AEPNIA)¹.

Um detalhe muito importante é que muitos dos alunos cotistas eram os primeiros de suas famílias a terem oportunidade de acesso a um curso superior. Nesse sentido, a professora Arabela Campos Oliven (2007) nos mostra a grande importância das ações afirmativas para os alunos de classes populares, os quais, por meio da formação em um curso superior, contribuem com a reprodução de saberes para suas famílias e grupos sociais a que pertencem, aumentando, inclusive, as possibilidades desses alunos influenciarem seus pares iniciarem ou retomarem seus estudos. Segundo ela:

Gostaria de acrescentar um argumento com base em minha experiência de professora universitária. A universidade se constitui num espaço importantíssimo de sociabilidade e de aprendizagens não apenas formais, mas, também, informais. Numa sociedade como a brasileira, que por anos apresentou o índice de concentração de renda maior do mundo, pobres e negros são raros na comunidade acadêmica. Os alunos provenientes de famílias da elite pouco têm a acrescentar a seus familiares e amigos em termo de capital cultural. Por outro lado, alunos, cuja origem social é mais baixa, e alunos negros, que costumam ser a primeira geração a frequentar a universidade, tendem a contribuir muito mais para aumentar os

¹Para fins de identificação dos sujeitos participantes do estudo, usaremos as seguintes siglas:

AI- Aluno Indígena

AA – Aluno Afrodescendente

AEPNIA – Aluno egresso de escola pública não indígena e nem afrodescendente.

conhecimentos e as expectativas educacionais de seus familiares, principalmente de irmãos mais novos. A universidade sendo pública deve servir da melhor forma possível ao maior número de pessoas. Portanto, acho que essa realidade é, também, importante de ser levada em consideração (OLIVEN, 2007, p. 47-48).

A constante convivência com os sujeitos da pesquisa me fez perceber diversas proximidades entre minha caminhada até chegar à universidade e a dos alunos cotistas ouvidos. Por esse motivo, o assunto tocou-me profundamente, pois as dificuldades que enfrentei para permanecer na escola e, mais tarde, ingressar em um curso superior são semelhantes às dificuldades enfrentadas atualmente por muitos alunos cotistas.

O direito à educação superior pelos pobres, negros e indígenas ainda enfrenta resistências tanto fora como dentro da universidade, pois não podemos esquecer que:

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade (CHAUÍ, 2003, p. 05).

Daí a intenção deste estudo fundamentar-se, principalmente, nos pressupostos da ecologia de saberes. Dessa forma, procuramos ouvir de forma sensível as experiências de vida e os saberes trazidos pelos sujeitos ouvidos pela pesquisa aqui socializada, para que ela não se orientasse a partir daquilo que ao longo do tempo a universidade ajudou a construir e que Santos (2005, p. 22) define como “monocultura do saber e do rigor do saber”. O autor apresenta essa monocultura como uma noção presente em algumas práticas acadêmicas geradoras de invisibilidade e negação da existência de tudo que está fora dos critérios de regulação adotados pela ciência moderna. Exemplo disso é o não reconhecimento e a não aceitação de muitos saberes trazidos para o espaço acadêmico por alunos oriundos de classes populares.

O reconhecimento da diversidade de outros saberes no meio acadêmico não é uma tarefa fácil, visto que, como sabemos, a universidade segue se orientando por um único tipo de conhecimento, o científico, o qual nem sempre é totalmente acessível para o público estudantil, principalmente para muitos dos alunos cotistas oriundos de classes sociais mais pobres.

Nesse sentido, o LIES, por meio das tecnologias de informação e comunicação – TICs – pode facilitar o acesso dos alunos cotistas ao conhecimento que circula no meio acadêmico e, além disso, conceder possibilidades de divulgação dos saberes trazidos por eles para dentro da universidade a partir das experiências vivenciadas em suas comunidades. No contexto da UFRGS, essa divulgação era possível quando os alunos cotistas compartilhavam suas vivências com os demais estudantes da FACED durante atividades educacionais em grupo, durante as aulas e outras ações realizadas no laboratório sob a orientação dos professores. Segundo Pinto (1996):

É impossível ignorarmos a produção cultural moderna, com todos os avanços tecnológicos existentes. Seja pelas qualidades positivas que possui e que oferecem inúmeras possibilidades pedagógicas interessantes. Seja pela necessidade de lutar-se pela sua democratização, estabelecendo com ela uma relação mais crítica, que se reverta em maior qualidade de vida e de bens culturais para a população (PINTO, 1996, p. 83).

Ao refletir sobre o papel da informática na educação, Freire (1995b, p. 98) defende que “o uso de computadores no processo de ensino aprendizagem, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa [...]. Depende de quem usa, a favor de quem e de quem e para quem”.

Diante das informações expostas, o objetivo deste estudo foi buscar elementos que pudessem indicar as contribuições do LIES no contexto das políticas de ações afirmativas na Faculdade de Educação da UFRGS. Além disso, buscou-se identificar as iniciativas e ações tomadas pela FACED para promover a permanência dos alunos cotistas no curso de pedagogia.

2 A democratização do acesso ao conhecimento no contexto do LIES/FACED-UFRGS

A implementação das políticas de ações afirmativas ainda não conseguiu anular o caráter de uma sociedade capitalista que se move e se sustenta por meio das desigualdades sociais. No ambiente acadêmico, isso se torna visível a partir do preconceito sofrido pelos alunos cotistas, pelas provas e demais atividades as quais avaliam sem considerar a realidade de muitos indivíduos, entre outros instrumentos discriminatórios que anulam as possibilidades de igualdade de acesso ao conhecimento, reforçando a diferenciação sociocultural

legitimadora da exclusão dentro e fora da universidade. Uma das alunas cotistas entrevistadas nos leva ao encontro dessa realidade ao relatar o seguinte:

[...] a dificuldade que a gente encontra muito né, é em relação à própria formação. Porque nem sempre a escola pública nos deu o aporte que a FACED hoje nos exige, né. Eu tenho facilidade enorme de ler, mas tem colegas que não tem essa facilidade de ler artigos, de estar analisando, estar refletindo sobre aquilo ali [...]. Então a gente tenta sempre fazer um grupo, ou coisa assim, para tentar alavancar todo mundo né, no mesmo patamar. É complicado (AA-E4).

Como podemos perceber, a naturalização das desigualdades sociais não existe somente fora da escola, ao contrário, ela faz parte do nosso cotidiano educacional, que a partir da exclusão educativa atinge alunos da educação básica e superior.

No relato de um dos alunos cotistas entrevistados, de origem indígena, a noção de que alunos, segundo Oliven (2007), provenientes de classes sociais mais baixas demonstram o desejo de usar o conhecimento adquirido no ambiente acadêmico para mudar a realidade de seus semelhantes faz total sentido quando em sua entrevista nos diz da importância das ações afirmativas para que ele conseguisse chegar à universidade e o compromisso assumido, a partir desse momento, com a educação de seu povo:

Eu já sonhava de chegar à universidade. Mas foi por causa da necessidade, da educação do povo. Então as pessoas que apostaram em mim poder fazer este estudo, para poder acertar a educação escolar indígena. Então isso é o meu compromisso com o povo, na educação escolar indígena em todas as escolas do Rio Grande do Sul (AI-E7).

Na FACED/UFRGS, os alunos provenientes das políticas de cotas raciais e das cotas destinadas a alunos de escolas públicas são os atores dessa realidade na qual as carências econômicas, culturais e familiares, as péssimas condições de sua educação básica, juntamente com os preconceitos e a suposta falta de vagas na universidade dão a textura de uma sociedade capitalista e desumana que ignora o sofrimento daqueles cujas vidas são repletas de privações em favor dos que tudo tem. Paulo Freire (1995a) nos mostra as dimensões desumanas advindas desta postura, a qual sempre esteve no seio de nossa sociedade, quando afirma que:

Minha terra é a coexistência dramática de tempos díspares, confundindo-se no mesmo espaço geográfico – atraso, miséria, pobreza, fome, tradicionalismo, consciência mágica, autoritarismo, democracia, modernidade e pós-modernidade. O professor que na universidade discute a educação e a pós-modernidade é o mesmo que convive com a dura realidade de dezenas de milhões de homens e de mulheres que morrem de fome (FREIRE, 1995a, p. 26).

As políticas de cotas vêm assegurar aos alunos cotistas da FACED o direito a uma formação superior e o LIES é um dos instrumentos que podem facilitar suas permanências no âmbito universitário ao democratizar o acesso a informações necessárias à construção do saber a partir do uso dos recursos de informática disponibilizados nos dois ambientes que compõem o laboratório.

O LIES, enquanto ambiente informatizado de aprendizagem individual e coletiva, é (e precisa ser) um dos facilitadores para a democratização do acesso ao conhecimento, mas devemos ter consciência de que ali convivem alunos de duas realidades distintas. A primeira aponta para o aluno que sempre teve acesso à informática e que tem total ou significativo domínio do computador e de outros equipamentos de informática. A segunda realidade revela um aluno que tem os seus primeiros contatos com a informática nas salas do LIES. Prova disso consta em um dos relatos dos estudantes entrevistados:

[...] eu tinha uma colega que no primeiro dia de aula ela não sabia nem ligar o computador... Mas ao mesmo tempo eu pensei, era o primeiro contato que tava tendo com ele... Bom, eu não sei, de repente não tem computador em casa... Então eu ensinei ela a ligar o computador e desligar também (AEPNIA-E3).

Nesse contexto, devem-se considerar a capacidade mediadora do professor e a sua competência informacional como decisivas para construir, a partir das tecnologias de informação e comunicação disponíveis no LIES, um ambiente interativo de aprendizagem que seja desafiador e motivador. É importante que no processo os alunos sejam respeitados em seus tempos de aprendizagem e em suas buscas por novos conhecimentos, por ações e atitudes que revertam o aprender por aprender em uma aprendizagem crítica, reflexiva e humanizadora, a qual crie possibilidades para que eles se entendam como indivíduos dialógicos, que constroem as suas próprias histórias no mundo e para o mundo, enquanto reconhecem que a mudança é possível e necessária para a correção das mazelas sociais em nosso país. Para isso, é necessário que eu, enquanto educador, esteja consciente de que “a

vigilância do meu bom senso tem uma importância enorme na avaliação que a todo instante devo fazer da minha prática.” (FREIRE, 1998, p. 66).

Desse modo, o professor precisa compreender que, frente aos novos tempos em que a informática na educação é uma realidade imutável, terá papéis diferentes dos que exercia antes do advento do computador na sala de aula. Sua ação educativa agora não mais se limita a ser somente um repassador de conhecimento, ele deve ser responsável por criar ambientes interativos de aprendizagem e atuar como motivador do uso deles como mais uma ferramenta educacional que possa contribuir no processo de desenvolvimento intelectual dos seus educandos. Assim, durante as aulas nos ambientes informatizados, o professor se constitui no gerenciador, tradutor e facilitador diante da infinidade de informações que chegam até o aluno pelo computador.

Quanto mais o professor adquire domínio sobre o computador e outros recursos midiáticos, mais ele se aproxima da democratização do acesso ao conhecimento, realidade que facilita sua relação com os alunos e, por outro lado, interfere positivamente em sua forma de conduzir o processo de ensino-aprendizagem através das tecnologias de informação e comunicação. A esse respeito, tivemos uma sugestão de mudança muito importante feita por um dos alunos cotistas entrevistados sobre a grade curricular do curso de pedagogia: *“De repente algumas disciplinas mudarem o plano, né, colocando mais aulas no LIES, fazendo aulas no LIES, utilizando o LIES”* (AA-E5).

Para Freire (1998, p. 25), o educador deve estar consciente de que enquanto ensina também aprende com o aluno, pois são, por assim dizer, lados de uma mesma moeda, quando afirma que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

O advento da informática na educação se constitui como um divisor de águas entre o ensinar e o aprender, visto que temos o computador e os demais instrumentos de informática como facilitadores pedagógicos, os quais promovem a interação entre aluno, professor, universidade e meio social, trazendo novas possibilidades para o desenvolvimento cognitivo, para novas descobertas e apropriação do conhecimento social, estabelecendo um processo de aprendizagem permanente.

As tecnologias de informação e comunicação usadas no LIES podem auxiliar o docente em suas atribuições, ao mesmo tempo em que possibilitam ao aluno navegar em ambientes virtuais em busca de informações, representando uma nova forma de aprendizagem, na qual o professor não é mais o ator principal e o aluno o coadjuvante, mas

sim uma nova modalidade de educação na qual ambos são importantes, cabendo ao professor o papel de facilitar e orientar as buscas cognitivas dos estudantes por meio dos recursos computacionais.

Os recursos tecnológicos disponibilizados no LIES criam uma dinâmica que possibilita o acesso a dados, informações e conhecimentos por todos os alunos da Faculdade de Educação, os quais, a partir da análise e do tratamento das informações obtidas sob a orientação dos professores, podem gerar uma série de novos saberes, atitudes e ações que os ajudarão na busca por sua liberdade cognitiva e cidadã.

É o caso dos alunos cotistas que podem construir e compartilhar experiências e percepções sociais de forma criativa e coletiva a partir dos dados obtidos pelo computador, o que reforça o caráter emancipatório da educação, o qual os leva a um novo modo de agir, tanto na universidade quanto no meio social em que vivem. As possibilidades de construir um conhecimento social a partir do uso do LIES e da aproximação com outros alunos evidenciam-se por meio da fala de um dos alunos cotistas entrevistados: “[...] *apareceu uma colega..., tinha um trabalho para nós fazer nos computadores. Aí, ela chegou, pediu pra sentar e fazer junto comigo. Disse ‘senta aqui e vamos fazer’. Mas eu não conhecia esta colega. E aí fui conversando, conversando e fiz essa amizade*” (AEPNIA-E2).

Nesse sentido, Lemos e Lévy (2010) afirmam que:

Quanto mais podemos livremente produzir, distribuir e compartilhar informação, mais inteligente e politicamente consciente uma sociedade deve ficar. As ações de produzir, distribuir e compartilhar são os princípios fundamentais do ciberespaço. Devemos, ainda mais, em países como o Brasil, aproveitar a potência que essas tecnologias nos oferecem para produzir conteúdo próprio, para compartilhar informação, enriquecendo a cultura e modificando o fazer político (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 27).

Por meio das TICs, o LIES pode oferecer alternativas de informação e comunicação entre diferentes saberes. Exemplo disso é a utilização da informática para reunir os elementos essenciais ao processo de ensino-aprendizagem da educação formal com os da não formal, possibilitando a junção da dimensão teórica presente no meio acadêmico, inspirada no conhecimento científico, ao aspecto prático e experimental dos saberes populares. No ambiente virtual de aprendizagem do LIES é possível, a depender do nível de domínio apresentado pelos alunos sobre os recursos computacionais, acessar diretamente textos, desenhos, fotos, animações, vídeos e sons; realizar provas e exercícios; imprimir e salvar as

informações que desejarem; comunicar-se com os professores e demais alunos através de ambientes de trocas intelectuais nos quais todos participam da aprendizagem.

Enquanto circula pelos diversos caminhos disponíveis pela informática, o conhecimento se torna acessível a todos os usuários do LIES. Nesse sentido, ao tornar possível o acesso de alunos, professores e pesquisadores a informações disponíveis na internet, ele possibilita a troca coletiva das descobertas, criações e práticas intelectuais que poderão favorecer a construção de um conhecimento que Santos (2006) define como “total e local”. Segundo ele:

No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal que fala Wigner ou a totalidade indivisa de que fala Bohm. Mas, sendo total é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adaptados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar as taxas de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença, etc. (SANTOS, 2006, p. 76).

Vemos nas palavras de Santos (2006) a possibilidade do resgate dos direitos e da cidadania das pessoas que até hoje são excluídas tanto da sociedade como do sistema educacional brasileiro. Quanto a isso, a universidade pública brasileira deve construir alternativas não paliativas que sejam verdadeiramente bem-sucedidas quando o assunto for inclusão social de seus alunos, principalmente de alunos mais pobres, os quais acessam o ensino superior a partir de políticas de ações afirmativas.

Nesse sentido, o LIES, ambiente de aprendizagem que usa a informática como ferramenta educacional, pode ajudar na democratização do acesso ao conhecimento, não só do conhecimento universitário (científico), mas também dos conhecimentos criados dentro dos diversos grupos sociais, os quais chegam à universidade por meio da diversidade cultural riquíssima existente entre os alunos, a qual na maioria das vezes é ignorada por não ser reconhecida pelos critérios exigidos pela cientificidade acadêmica.

Penso que num tempo não muito distante, a universidade venha se dar conta de que a sua legitimidade dependerá, entre outros fatores, de uma nova forma de produzir conhecimento, isso se ela quiser sobreviver como instituição de ensino enquanto bem público.

Essa nova forma de produção de conhecimento deverá compreender os diversos processos de produção intelectual nos quais os saberes, as competências e a criatividade

individual de alunos, professores, pesquisadores e dos demais membros da academia partirão de dentro da universidade para toda a sociedade como partes integrantes de um novo saber coletivo, por isso social, que junto com os saberes do senso comum formarão, segundo Santos e Almeida Filho (2008), uma autêntica ecologia de saberes, se constituindo, assim, no principal facilitador dos processos cognitivos de aprendizagem social.

3 Programas de assistência estudantil oferecidos pela UFRGS

Com a implementação do Programa de Ações Afirmativas, a UFRGS vem buscando atender as classes sociais historicamente discriminadas e impedidas de acessar a educação superior. Para tanto, ampliou as matrículas e expandiu as ofertas de vagas em seus cursos a partir das ações afirmativas.

Porém, a adoção de um programa de inclusão social baseado no sistema de cotas precisa dispor de programas específicos de acesso e permanência que consigam manter os alunos cotistas no âmbito acadêmico, pois, do contrário, o processo de democratização da universidade pública se fragmenta, causando uma ruptura na educação enquanto bem público de qualidade.

Conforme Dias Sobrinho (2013):

O princípio da equidade, que está na base de uma sociedade democrática, é um valor a ser realizado também nos processos ditos de democratização da educação superior. Mas a ampliação de matrículas e a expansão das condições de oferta são apenas uma face da chamada democratização da educação superior. A outra face essencial é a qualidade. Mais ainda: a educação precisa ter qualidade pública e social (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 116-117).

De acordo com informações obtidas na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior da UFRGS a partir das ações afirmativas seguem os preceitos do PROUNI – instituído pela Lei Federal 11.096/2005 (BRASIL, 2005). Quanto à permanência, não existe uma política específica de bolsas da universidade para alunos cotistas, com exceção da bolsa concedida pelo Ministério da Educação – MEC – para alunos indígenas e quilombolas no valor de R\$ 900,00 sem contrapartida de carga horária. Com exceção da bolsa concedida pelo MEC, o que realmente existe na UFRGS é um programa de assistência estudantil de caráter universal que prevê concessão de bolsas a todos os alunos da universidade. Entre elas, as três mais citadas pelos alunos cotistas durante as

entrevistas foram a bolsa PRAE/REUNI, a Bolsa de Monitoria Acadêmica e a Bolsa de Iniciação Científica.

Na falta de um programa específico de assistência estudantil ao aluno cotista, a que mais o interessa é a bolsa PRAE/REUNI. Com um valor mensal de R\$ 400,00, esse recurso pode ajudá-lo a custear o seu transporte, seu material acadêmico, suas despesas com lanches, entre outros. Porém a maioria dos alunos cotistas, quando ingressa na universidade, não tem conhecimento dessa bolsa.

Conforme informações coletadas a partir das entrevistas, um dos principais problemas enfrentados pelos alunos cotistas é a falta de informações sobre essa bolsa. Além disso, segundo os relatos colhidos, o aluno não pode ter atividade remunerada fora da universidade e há a exigência da apresentação de um número excessivo de documentos que ele nem sempre possui. O programa exige também que o candidato entregue uma carta de apresentação escrita a punho explicando a necessidade da bolsa. Todas essas exigências acabam por dificultar o acesso dos alunos cotistas a essa bolsa.

O fato de que, dos nove alunos entrevistados, somente dois possuíam a bolsa PRAE/REUNI, despertou-nos muita atenção. Muitos alunos tiveram que descobrir por si mesmos outras possibilidades de bolsas depois de já terem frequentado parte do curso de pedagogia.

Vejamos o que disse uma das alunas entrevistadas quando tentou conseguir uma bolsa PRAE:

[...] me pediram um monte de papel... Onde eu tava morando? Com quem tava morando? Não sei mais lá o quê... E eu acabei nunca pegando bolsa de lugar nenhum. A única bolsa que eu tive foi de monitoria, que eu consegui no 2º semestre, porque ninguém nunca me informou que não se pegava bolsistas no início. Todo mundo falava em bolsa, bolsa, bolsa. E como eu queria muito uma bolsa, eu comecei a fazer entrevista com tudo que era professor, logo no início, logo que cheguei aqui (AEPNIA- E3).

A UFRGS ainda oferece outros programas de benefícios como o Restaurante Universitário, a Casa do Estudante, Programa Saúde, Divisão de Esportes, entre outros.

4 Análises e discussões das entrevistas

Para encerrar as ideias expostas ao longo desse trabalho, nada mais justo e democrático que apresentar as recomendações dos estudantes entrevistados, no sentido de

garantir, além do acesso, a permanência não só dos alunos cotistas, mas de todos os alunos matriculados nos diversos cursos da UFRGS. Eles demonstraram suas percepções a respeito do LIES e de como ele pode contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento por meio da informática aos alunos da FACED:

Para o LIES/FACED

Eu acho o projeto bom, [...] mas ele não é tão divulgado. [...] ele deveria ter ficado junto da biblioteca, no coração do prédio, para que todos possam enxergar. (AA-E6)

Podemos ter mais acesso para baixar arquivos, ter acesso às redes sociais, ter fone de ouvido para audição de vídeos e acessibilidade. (AEPNIA-E2)

Eu sinto falta de os professores utilizarem mais o LIES. Eu não tive nenhuma disciplina que o professor utilizou e poderia ter utilizado. (AA-E5).

A ajuda que tive no LIES foi de pesquisar, né. O próprio pesquisar na internet. A gente aprendeu e isso já me ajudou bastante a como fazer pesquisa na internet. (AI-E7).

Aprendi a pesquisar no Scielo acadêmico e outros bancos... Isso foi de extrema importância. (AI-E9).

Para a UFRGS

Eu acho assim, desde que eu estou aqui na FACED, nunca tinham me perguntado se eu era cotista... Porque nem sempre a escola pública nos deu o aporte que a FACED hoje nos exige né. Muitas obras literárias. Eu tenho facilidade enorme de ler, mas tem colegas que não tem essa facilidade de ler artigos, de estar analisando, estar refletindo sobre aquilo ali. Eu realmente ainda estou construindo estas reflexões, mas tenho esta facilidade de leitura e entendimento, ou eu vejo muito: Ai, eu tenho dificuldade...Então a gente tenta sempre fazer um grupo, ou coisa assim, para tentar alavancar todo mundo né, no mesmo patamar. É complicado... (AA-E4)

Essas oportunidades que os indígenas estão tendo de trabalhar já é um caminho, que a universidade tá dando uma oportunidade mesmo, porque antes no início não tinha, como eu falei, na pedagogia não tinha, nem como trabalhar como monitor, essas coisas. (AI-E7).

No início me virei sozinho. Eu tive então uma monitora, que também não tinha tempo de me dar atenção, porque ela fazia faculdade, então ela tinha que cuidar dos trabalhos dela, então ela não tinha tempo de cuidar dos meus trabalhos comigo. Então a gente se encontrava muito pouco, para me ajudar a fazer os trabalhos. E a dificuldade também de achar as salas, aqui no prédio FACED, tive essa dificuldade. E a dificuldade também de concordar com o pensamento dos professores. Isso me fez confrontar muito com os professores, porque eu tenho um conhecimento assim milenar, muito antes da colonização. [...] Então todos estes conhecimentos eu trouxe para a faculdade. E aí muitos conhecimentos dos professores, muitos conhecimentos que estavam escritos nos livros, dos grandes pensadores, os antropólogos, os historiadores, então muitas vezes eu concordava, outras eu discordava, porque não me contavam a origem destes pensamentos. (AI-E8)

O fato da UFRGS ter aderido às cotas, né? E de estar dando oportunidade... Não é oportunidade assim. Mas eu e pessoas da mesma classe e da mesma cor que eu, estando dentro da universidade e tentando trazer a sua realidade para cá, já é uma forma de tá mostrando assim, que é preciso ver o outro lado [...] de quebrar alguns paradigmas [...] de elitização da academia. [...] A história europeia não me representa assim. Eu não consigo me identificar. E tem muitos professores que hoje repensam isso, porque estão batendo de frente com pessoas como eu assim, que ficam questionando. O outro lado da história, cadê? Não é isso, mas é um começo, assim. (AA-E5)

As recomendações acima obtidas pelas falas dos alunos cotistas levam-me a compreender a importância de tê-los ouvido para o desenvolvimento da pesquisa, pois eles são os atores de uma nova cena que traz como tema principal o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. Essas recomendações dizem muito sobre quem são esses alunos, como eram as suas vidas antes de ingressarem na UFRGS e como têm sido agora as suas vivências individuais e coletivas no ambiente acadêmico da FACED. Quanto ao LIES, as entrevistas mostram que ele se constitui como uma importante ferramenta de apoio pedagógico para os alunos que acessam o seu ambiente informatizado.

É importante frisar que a contribuição dos alunos entrevistados vai além da própria temática do artigo e pode servir para novos questionamentos e investigações que esta pesquisa não conseguiu esgotar.

A convivência com os alunos cotistas ouvidos durante as entrevistas para a realização deste estudo, os quais utilizam o Laboratório de Informática do Ensino Superior (LIES) da Faculdade de Educação da UFRGS, foi extremamente rica. Nas palavras de Freire (1983):

Fazendo pesquisa educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa, não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento (FREIRE, 1983, p. 36).

Por fim, a partir do diálogo entre as teorias apresentadas e os relatos dos sujeitos, com suas experiências e saberes aqui revelados, podemos concluir que as lógicas das instituições precisam ser repensadas, precisam estar mais abertas para atender as novas demandas da educação superior. Os alunos cotistas da FAGED/UFRGS chegaram não só para aprender, mas também para nos ensinar. Se estivermos abertos para este diálogo, precisamos mostrar na prática. Este é o desafio de todos nós como participantes da comunidade acadêmica.

5 Considerações finais

Ao realizar esta pesquisa, procurei, primeiramente, buscar compreender como aconteceu a implementação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS e de que forma a universidade tem garantido a permanência dos alunos oriundos das políticas de cotas em seus cursos, principalmente por meio dos programas de assistência estudantil. Para tanto, recolhi dados em fontes de pesquisa (livros, documentos, teses, revistas, jornais) e informações prestadas por professores e outras pessoas da comunidade acadêmica sobre a temática.

A partir das entrevistas com os atores desta pesquisa – os nove alunos cotistas –, foi possível ter acesso a suas origens, saber como ingressaram na educação superior da UFRGS e como eles têm se mantido no curso de pedagogia da FAGED. Mais à frente, busquei, nos conteúdos dessas entrevistas, informações que me possibilitaram analisar o LIES como ambiente facilitador do acesso a informações e da construção de novos saberes.

Não tive acesso a documentos ou mesmo informações sobre o cumprimento, por parte da UFRGS, da legislação referente às políticas de ações afirmativas. Porém, os dados levantados por meio das entrevistas trouxeram-me a certeza de que o Programa de Ações Afirmativas deve evoluir para que se torne um importante instrumento de democratização do acesso à educação superior na UFRGS.

Para dar continuidade às políticas de inclusão social e assegurá-las faz-se necessário que ela, a universidade, torne possível um diálogo igualitário em que sejam reconhecidas as vozes de toda a comunidade acadêmica em razão do novo contexto socioeducativo que se estabeleceu a partir da diversidade cultural, portanto histórica, trazida pelos alunos cotistas para o ambiente universitário, diálogo que, segundo Paulo Freire (1997), busque a unidade a partir das diferenças, sabendo que a convivência de indivíduos e culturas distintas só se dará por meio da mobilização de todos para se chegar em um ponto em comum, mantidas as noções de ética e respeito às diferenças.

Desse modo, a UFRGS deverá exercer iniciativas constantes e permanentes que possibilitem a formação com qualidade desses novos alunos em seu contexto acadêmico. Como já foi exposto anteriormente, a sua responsabilidade social não se encerra com o acesso dos alunos cotistas em seus variados cursos. Além dos programas de assistência estudantil, também é necessária a participação da comunidade acadêmica no sentido de garantir a acolhida e a permanência desse novo aluno.

Portanto, é necessário que a referida universidade garanta uma convivência democrática e igualitária entre os indivíduos de sua comunidade acadêmica, o que implica, entre outras coisas, no respeito às características e particularidades dos alunos e no reconhecimento de seus diferentes saberes, os quais são capazes de enriquecer a qualidade da educação superior. Só assim será possível proporcionar a esses estudantes uma formação superior mais humana e cidadã, uma vez que uma educação superior fundamentada na valorização da diversidade cultural assume a condição de um ensino voltado para a liberdade, no qual o reconhecimento do outro e o respeito a ele passa a fazer parte da vida acadêmica e da vida social.

Santos e Almeida Filho (2008) afirmam que a universidade precisa assumir a responsabilidade e se transformar em um espaço de diálogo entre os diferentes saberes para poder responder de forma adequada aos problemas atuais da humanidade. Daí a importância das políticas educacionais de inclusão social na universidade brasileira, desde que a instituição que as implemente esteja realmente consciente de sua responsabilidade social.

Ter realizado as entrevistas com os alunos cotistas fez-me perceber que as contribuições deles, por meio de seus discursos, de suas ricas experiências de vida e de seus modos particulares de pensar e perceber a universidade, acreditando que dela possa advir de uma educação superior como bem público, constituíram-se como fatores primordiais para a

execução do trabalho de pesquisa e para o estabelecimento de novos debates a respeito desse tema dentro e fora da universidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei Federal nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 14 jan. 2005. Disponível em: Acesso em: 22 mar. 2021.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira da Educação**. [online]. n. 24, p. 05-15, set./out./nov./dez., 2003, ISSN 1809-449X. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em 15 mar. 2021.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior: bem público, equidade e democratização**. Avaliação, Campinas/Sorocaba, v. 18, n. 01, p. 107-126, mar. 2013.

FREIRE, Paulo. **Criando Métodos de Pesquisa Alternativa**. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). Pesquisa Participante. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 36-49

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995a.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. São Paulo: Editora Vozes, 1995b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEMOS, André, LEVY, Pierre. **O futuro da internet: em a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil**. **Revista Educação**, Porto Alegre- RS, v. 30, n. 1, p. 29-54, jan./abril 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/539>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

PINTO, Mônica Rodrigues Dias. **Escola e Linguagens Contemporâneas: um desafio**. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

SANTOS, Boaventura Sousa. **O fórum social mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de (orgs.). **A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

Artigo recebido em: 30.08.2021 Artigo aprovado em: 29.09.2021 Artigo publicado em: 11.10.2021